

REVISTA MARACANAN

Artigos

Percurso metodológico na catalogação, digitalização e preservação dos livros eclesiásticos da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, Termo de Oeiras-Piauí

Methodological course in the cataloging, digitization and preservation of the ecclesiastical books of the Parish of Nossa Senhora da Vitória, Termo de Oeiras-Piauí

Francisco Gleison da Costa Monteiro*

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Amanda Fernanda Costa Leal**

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Recebido em: 26 jan. 2019.

Aprovado em: 18 jun. 2019.



* Professor Adjunto da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco; Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará; graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Coordenador do Projeto de Extensão "Restauração, Catalogação e Digitalização de documentos eclesiásticos das cidades de Oeiras, Picos e Jaicós" e Líder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista - UFPI/CNPq. E-mail: gleison.monteiro@ufpi.edu.br.
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6416323751938583>

** Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí; Especialista em História do Brasil pela Faculdade de Ciência e Educação do Caparaó. Membro do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista - UFPI/CNPq. E-mail: amandacosta20@live.com.
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1031193801293805>

Resumo

A preocupação com o desgaste das fontes documentais produzidas no Piauí entre os séculos XIX nos levou a elaborar um projeto de extensão com o intuito de coletar, mapear e congregar um número de pesquisadores para unirmos esforços no sentido de preservar o acervo através da sua conversão para o formato digital. Para tanto, pretendemos, através deste artigo, expor as atividades realizadas e o processo que culminou com a organização, digitalização e preservação de um conjunto de documentos produzidos pela Igreja católica ao longo dos séculos XIX, especificamente, os manuscritos guardados na Paróquia de Nossa Senhora da Vitória, Diocese de Oeiras, no Piauí.

Palavras-chave: História Eclesiástica. Fontes Manuscritas. Digitalização.

Abstract

The concern with the wear of documentary sources produced in Piauí between the nineteenth century led us to elaborate an extension project with the intention of collecting, mapping and congregating a number of researchers to join efforts to preserve the collection through its conversion to the digital format. For this purpose, we intend, through this article, to outline the activities carried out and the process that culminated in the organization, digitization and preservation of a set of documents produced by the Catholic Church throughout the 19th century, specifically the manuscripts kept in the Parish of Nossa Senhora da Vitória, Diocese of Oeiras, in the Piauí.

Keywords: Ecclesiastical History. Manuscript Sources. Scanning.

1. Introdução

Por este artigo propõe-se apresentar o desenvolvimento de atividades com o manuseio de documentos manuscritos pertencentes à igreja católica do Piauí. Trata-se de uma documentação manuscrita, cujo resultado foi preservar esses indícios pela ação da digitalização. A propósito desses documentos, ressaltamos que os assuntos correlatos ao acervo de memória do Piauí, sobretudo, aos que se restringem as fontes manuscritas dos períodos coloniais e imperiais, ficaram, por muito tempo, reservados o acesso somente aos pesquisadores da capital ou daqueles que se dispuseram a deslocar-se para o Arquivo Público do Estado; também era consenso a suspeição que uma gama dessa documentação se encontrava dispersa pelo interior em acervos familiares e em instituições diversas (igrejas, institutos, museus, etc.).

Por meio dessa informação a primeira impressão que poderíamos deduzir é que inexistiam documentos manuscritos nas regiões interioranas do Piauí e durante estes últimos anos o que vimos é que estas suspeições foram comprovadas e descobrimos que esses dados estavam conservados em vários lugares de memória e estão à espera da ação dos pesquisadores, pois convém enfatizar, segundo Nora, que estas “memórias não são espontâneas”, nem tão pouco, “estas operações não são naturais” e por isso precisamos problematizá-las.¹ Além dos manuscritos, também se destacam fotos, pinturas, imagens religiosas, louçarias, revistas, dentre outros artefatos passivelmente de serem consultados e catalogados a quem se dispõe a enveredar por essas trilhas.

Ainda nos referenciando das narrativas de Pierre Nora ao procurar apontar os lugares relacionados à memória histórica e social e que podemos,² por analogia a essa conceituação, referenciar os espaços das Dioceses católicas como “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos idênticos”. Por essas elucidações é que entendemos que o Bispado de Oeiras é possuidor de um riquíssimo acervo de memória, trata-se de uma massa documental produzida e guardada por essa instituição aos longos dos anos pretéritos em que vem atuando no Piauí.³

¹ NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, dez. 1993, p. 13.

² *Idem*.

³ A primeira capital do Piauí foi Oeiras. No segundo quartel do século XIX, já havia cogitação dessa transferência, mas somente no ano de 1852 se efetivou a transferência de Oeiras para a Vila do Poti, hoje Teresina. Coube, então, a essa tarefa árdua, mas necessária, ao Dr. José Antonio Saraiva, presidente provincial e defensor dos discursos da unidade e centralização, conseguiu avançar em algumas empreitadas, especificamente, na transferência da capital e na construção das sedes administrativas, que sustentavam o gabinete provincial. Apesar da ação idealista e empreendedora, conforme registra a historiografia local, o “progresso” e a “modernidade” no Piauí estavam atrelados a problemas que ultrapassavam a preleção de ser a capital isolada, por estar encravada no sertão e, portanto, sem comunicação e longe dos rios que interligassem e permitissem o escoamento de suas produções para outras províncias limítrofes, como as do Maranhão e Ceará. Logo, o objetivo da empreitada era tirá-la do isolamento, viabilizar um espaço político coeso e que oferecesse possibilidades

Perante essa busca incessante por esses acervos de memórias, o que encontramos foram indícios ainda não manuseados para a pesquisa e a possibilidade de estudos em diversos temas e vieses. Essa busca constante dos acervos de memórias coincide com uma forte ampliação da pós-graduação, fortalecimento das graduações e do desenvolvimento científico e tecnológico, sobretudo, por meio de fomentos publicados em editais da CAPES e CNPq que vinham movimentando os espaços acadêmicos e tornando-os promissores para a pesquisa e a formação de recursos humanos.⁴

No âmbito da área de História houve um avanço significativo dessas “novas” abordagens, haja vista aqueles temas que procuram “recuperar (invadir) os espaços íntimos da sociedade” e trazendo à tona sujeitos que estavam à margem da história.⁵ Essa ampliação da historiografia brasileira tem sido “marcada por uma guinada reflexiva dos historiadores acerca de seu ofício e pressupostos de pesquisa”.⁶ Deste modo, temos uma escrita da história que “vinculada às práticas sociais de reconstrução do passado e de sua memorização”,⁷ nos remete a um exercício cotidiano de problematizar o passado/presente, seja nos centros de memórias que nos cercam ou dos acervos digitais hospedados na rede mundial de computadores.⁸

Por esse viés, esses empreendimentos têm instigado diversos historiadores a caçarem fontes nos acervos de memórias, principalmente, aqueles que se encontram próximas às instituições em que trabalham. Nesse mesmo sentido, também está associado o esforço coletivo para a criação de núcleos que pudessem aglomerar diversos pesquisadores para realizar ações planejadas de estudos e pesquisas.

de centralizar a administração, ampliar a produção e garantir, pela navegação no Rio Parnaíba, o escoamento das mercadorias, aproximando fronteiras e as comunicações com os mercados circunvizinhos. Para ampliar essa discussão, cf.: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007, p. 98. (Coleção Grandes Textos, v. IV). Ao utilizarmos o termo “memória”, nos referimos aqui aos arquivos existentes nas Paróquias do Piauí, pois todas as secretarias possuem um acervo de documentos que servem de referência para expedição de segundas vias de documentos. Destacamos os documentos de livros de tombos, batismos, óbitos e casamentos.

⁴ Podemos tomar como referência a ampliação dos programas de pós-graduação no Brasil, sobretudo, na área de História; também se relaciona com este tema o acréscimo do número de bolsas, dos grupos e núcleos de pesquisa. Além disso, soma-se a criação do Programa Ciência Sem Fronteiras, que dinamizou a formação dos pesquisadores e internacionalizou a pesquisa no Brasil. Para mais detalhes sobre essa expansão, acessar os portais da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

⁵ FREITAS, M. C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 10.

⁶ Cf.: OLIVEIRA, Maria da Glória de. A história da historiografia brasileira e suas evidências. *História da Historiografia*, Ouro Preto (MG), n. 10, p. 274-278, dez. 2012, p. 275. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/439/324>. Acesso em: 22 abr. 2018.

⁷ *Idem*.

⁸ Para uma discussão atual sobre o tema em foco, ver: CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Centros de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: SESC São Paulo, 2015. A propósito dos acervos digitais, temos os exemplos da *Biblioteca Nacional Digital*: <https://bndigital.bn.gov.br/>; também do *Arquivo Nacional Digital*: <http://arquivonacional.gov.br/br/programas-e-projetos/an-digital.html>; além de outros sites especializados, que têm ajudado muitos historiadores a ampliarem suas pesquisas via internet.

Para tanto, no ano de 2014, também fomos seguindo essa perspectiva e criamos o Núcleo de Pesquisa e Documentação em História (NUPEDOCH). O referido núcleo está vinculado diretamente à Universidade Federal do Piauí (UFPI), com sede nas cidades de Teresina, Campus Ministro Petrônio Portela e de Picos, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB).⁹

Hoje, sua sede definitiva está no prédio dos laboratórios do Curso de História da UFPI/CSHNB na cidade de Picos. Após a regularização do núcleo e da organização do espaço físico, o grupo de pesquisadores começou a intensificar as atividades daquele laboratório, procurando seguir aquela proposta do Art. 1º de seu regimento:

O NUPEDOCH tem por objetivo o levantamento de toda a documentação referente à História do Piauí, e a partir daí propor aos seus associados dois eixos temáticos, a saber: a restauração, catalogação e digitalização dos documentos manuscritos e, por fim, a pesquisa e a produção científica concernentes à História do Brasil.¹⁰

Além da dedicação em coletar, catalogar e digitalizar fontes sobre a História do Piauí o núcleo ainda se propõe a “fomentar um espaço propício à produção de conhecimento e troca de experiências”, “organizar atividades de divulgação dos trabalhos realizados” e “estabelecer contato com órgãos financiadores de pesquisas, com a finalidade de manter informações atualizadas e obter recursos para execução de projetos”.¹¹

Mediante a essência do NUPEDOCH e dos membros colaboradores, foi que no mesmo ano de sua fundação cadastramos junto à Pró-reitora de Extensão e Cultura da UFPI o Programa de Extensão “Restauração, Catalogação e Digitalização de documentos eclesiásticos do Piauí”.¹²

Com a proposta estruturada do programa, com docentes e discentes cadastrados em atividades diversas, iniciaram os trabalhos com o mapeamento dos documentos paroquiais que se encontravam distribuídos nas Dioceses de Picos e Oeiras.¹³ Afinal, estas duas cidades

⁹ O NUPEDOCH é composto por docentes e alunos da Universidade Federal do Piauí. Teve como seu primeiro Coordenador o professor Dr. Pedro Vilarinho, depois o Dr. Agostinho Junior de Holanda Coe e hoje é coordenado pelo Dr. Mairton Celestino da Silva.

¹⁰ UFPI, CSHNB, Curso de História. Regimento do Núcleo de Pesquisa e Documentação em História. Picos, 2014, p. 2.

¹¹ *Idem*.

¹² Coordenam o Programa os professores Drs. Agostinho Junior de Holanda Coe e Mairton Celestino da Silva, ambos da UFPI, CSHNB.

¹³ Localizada na região Centro-Sul do estado do Piauí essas dioceses tem se apresentado como instituições importantíssimas para a comunidade católica. A Diocese de Oeiras foi criada no dia 16 de dezembro de 1944, pelo papa Pio XII, através da bula *Ad Dominici Gregis Bonum* [Para o bem do rebanho do Senhor], que também criou pelo mesmo ato a diocese de Parnaíba. A diocese criada foi solenemente instalada no dia 07 de outubro de 1945, com uma extensão territorial de cerca de 84.000 Km², abrangendo toda área central do Estado do Piauí, que se estende entre os Estados do Maranhão, ao Oeste, e Pernambuco e Ceará, ao Leste. Como a Diocese de Oeiras era um complexo geográfico muito grande, foi desmembrada, ao leste, no dia 28 de outubro de 1974, a Diocese de Picos. E, no dia 08 de dezembro de 1977, foi criada uma segunda sede, na cidade Floriano, situada a cerca de 100 km, para onde foram transferidas a residência do bispo, a administração e a organização pastoral, quando também a Igreja matriz de Floriano tornou-se co-catedral, e o nome da cidade de Floriano foi acrescentado ao

sempre foram urbes importantíssimas, desde o período colonial até a contemporaneidade, pois ainda são cidades históricas, de fortes referências culturais e comerciais.¹⁴

Essas cidades, possuidoras dessas referências, também não deixaram de ser importantes lugares de histórias e memórias, pois foi nessas regiões que se instalaram a mais antiga Vila do Piauí, por exemplo, segundo Brandão,

A Vila da Mocha foi criada em 1712, porém só veio a ser instalada em 1717, quando o Piauí foi elevado à categoria de Capitania. Quarenta anos depois, e referida vila passou à condição de cidade, adotando o nome de Oeiras, embora, na ocasião, continuasse minúscula em tamanho e em população.¹⁵

Assim, percebemos que mediante essa riqueza histórica foi-se também se constituindo uma massa documental de manuscritos que foram produzidos no momento da povoação e dos estabelecimentos burocráticos e comerciais. Esses manuscritos tem uma relevância importantíssima para que possamos ampliar a história do Piauí, sobretudo, nos temas que focam as questões indígenas e da escravidão. Assim, a igreja e o estado foram os que mais conseguiram acomodar e preservar parte dessa produção fontes nos tempos áureos da Colônia e Império.

Logo, se tornou importante buscarmos esses documentos e torná-los disponíveis para a pesquisa. Para isso merecia trabalharmos na coletividade para propiciarmos a ampliação do mapeamento das fontes manuscritas encontradas nas cidades supracitadas, avaliamos que era preciso propor, dentro do programa, projetos específicos para que pudéssemos inicializar os trabalhos de digitalização a partir da divisão de equipes de trabalho, que aqui podemos internalizar como um planejamento prévio das atividades.¹⁶

Nos caminhos pelos quais estávamos seguindo, propomos um projeto de extensão intitulado: "Restauração, Catalogação e Digitalização de documentos eclesiásticos das cidades de Oeiras, Picos e Jaicós".¹⁷ Por este projeto foi possível iniciarmos um trabalho de coleta de

nome da diocese que passava a chamar-se "Diocese de Oeiras-Floriano". Para outras informações consultar o *site*: <http://diocesedeoeiras.org/diocese/>.

¹⁴ Desde o período colonial que estas cidades vêm ganhando destaque na história do Piauí. Como já enfatizamos anteriormente, Oeiras foi a primeira Capital do Piauí; Picos se configurou desde os tempos pretéritos como um lugar de passagem e hoje é um dos principais entroncamentos viários do Nordeste. Para aprofundamento histórico, cf.: ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo; CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1998; COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. Vols. I e II.

¹⁵ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. 2ª ed. Recife: Ed. UFPE, 2012, p. 75.

¹⁶ Dentre os demais projetos que compuseram essa equipe de trabalho, além do que estamos apresentando em forma de artigo, citamos também os projetos dos professores Dr. Agostinho Coe Holanda Junior, "Restauração, Catalogação e Digitalização de Documentos Eclesiásticos do Piauí (Picos e Jaicós)", e Dr. Mairton Celestino da Silva, "Restauração, Catalogação e Digitalização de Documentos Eclesiásticos do Piauí (Picos e Valença)".

¹⁷ Participaram desse projeto os discentes: Amanda Fernanda Costa Leal, Gutiele Gonçalves dos Santos, Janayne de Moura Ferreira, Josiel de Moura Carvalho, Laila Pedrosa da Silva, Maria Gabriela Macedo de Moura, Nadia Narcisa de Brito Santos, Raquel Camelo Rosa, Rayra Atsley Carvalho Lima, Robson de Lima

fontes eclesiásticas, mas também de oportunizarmos aos alunos de graduação espaços para sua formação e notar estes documentos como materiais “brutos”, mas “raros e preciosos”, assim nos aduz Georges Duby.¹⁸

De tal modo, considerando essas fontes como materiais “raros e preciosos” os documentos eclesiásticos, depois de coligidos, digitalizados e disponibilizados para a comunidade acadêmica e civil, promoverá, quiçá, o despertar de pesquisadores da área de humanas ou de memorialistas a se debruçarem sobre os estudos regionais. Contando com essa probabilidade poderemos impulsionar o NUPEDOCH como um lugar de memórias e propício para a pesquisa, produção de conhecimentos e socialização de saberes acerca da História do Piauí, sobretudo, dos séculos XVIII e XIX que ainda é uma área carente de estudos na região.

Por mais que sejam significativas as pesquisas nos últimos anos que destacam a história no Piauí, ponderamos que é possível ampliarmos, a partir dessa documentação eclesiástica, as análises acerca das relações sociais e as dinâmicas culturais traçadas pelas elites locais, mas também apontar e mapear essas relações e, mormente, as resistências que fizeram negros e índios aos grupos abastados.

Na verdade, como diz Carlo Ginzburg, se referindo a gama documental da Itália presente nas bibliotecas e arquivos, tomamos emprestadas suas palavras para nos referir que estas fontes eclesiásticas, tal qual a alusão aos acervos italianos, são “jazidas preciosas de matérias-primas não exploradas”.¹⁹

Para tanto, as experiências vivenciadas no projeto de extensão nos levaram a perceber a importância desses documentos que, como “jazidas preciosas”, nos oportunizava a ler nas entrelinhas o cotidiano de uma população que estava fora do eixo Norte da província do Piauí,²⁰ mas também de notar o processo da digitalização como uma estratégia de salvaguardar os documentos e da preservação da memória social de uma sociedade.

No desenrolar das práticas realizamos alguns procedimentos e nesse espaço aproveitamos para socializarmos as metodologias aplicada a esse conjunto de ações que se estenderam desde a coleta dessa massa documental até o processo de digitalização e catalogação das informações primárias dessas fontes eclesiásticas.

Fernandes, Romão Moura de Araújo e Rosamaria de Sousa Fé Barbosa. Dentre estes, tivemos um bolsista e os demais como voluntários. Cada um se dedicou doze horas semanais às atividades do projeto. Nesse tempo, puderam vivenciar aprendizagens diversas, desde as oficinas de paleografia, as atividades práticas de coleta de fontes e do processo de limpeza, catalogação e digitalização dos documentos.

¹⁸ DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

¹⁹ GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989, p. 170.

²⁰ Vejamos que na região Norte do Piauí estão, principalmente, as cidades de Parnaíba, Piripiri, Campo Maior, dentre outras, que nos tempos imperiais foram responsáveis por parte da economia do Piauí. Entretanto, o que vimos foi o definhamento comercial e produtor do Centro-Sul do Piauí. Por isso, com essa documentação será oportunizada aos pesquisadores da macrorregião de Picos e Oeiras, uma forma de dinamizar das complexas relações sociais travadas fora do eixo Norte da província do Piauí. Para mais informais, cf.: NUNES, Odilon. *Pesquisas para a... Op. cit.*, p. 153-154.

Ainda nesse artigo, procuraremos expor uma discussão sobre a tipologia desses documentos e o valor dos significados atribuídos a essas fontes como fortes indícios e alfarrábios promissores para a pesquisa no campo da história quantitativa e/ou serial.²¹

2. Percurso metodológico da digitalização e catalogação dos documentos eclesiásticos

Durante a execução do projeto de extensão, realizamos um mapeamento das áreas em que deveríamos coletar os documentos. Dentre os arquivos classificados como patrimônio pertencente à Igreja Católica da Diocese de Oeiras se destacou o acervo da Paróquia de Nossa Senhora da Vitória. Trata-se de uma instituição fundada ainda nos tempos áureos do período colonial, cujos bispados eram tidos como uma das "circunscrições territoriais decisivas no enquadramento político do espaço".²²

De fato, Oeiras, ainda sob o dourado título de ser a primeira capital do Piauí, continua sendo um grande museu a céu aberto, seja na parte arquitetônica ou nos registros de memórias preservados em instituições públicas ou privadas. Cabe aos pesquisadores buscarem esses materiais e explorar essa riqueza. Para tanto, em meio a essa diversidade cultural, decidimos coletar na Paróquia de Nossa Senhora da Vitória o arquivo diocesano classificado como livros manuscritos de assentos de batismos e de casamentos.

Para termos acesso a essa massa de documentos foi necessário elaborarmos um acordo de cooperação técnica com a Diocese de Oeiras,²³ somente depois assumimos a posse dos livros e nos responsabilizamos pela sua guarda e preservação temporariamente. Em seguida, após os ajustes da convenção, foi operacionalizado o traslado da documentação para a Paróquia de Nossa Senhora da Vitória para o NUPEDOCH/UFPI.²⁴

A propósito dos documentos da igreja católica, enquanto instituição histórica e mantenedora de um acervo riquíssimo sob sua tutela, ressaltamos que esses indícios eclesiásticos são fontes ainda pouco explorada nas pesquisas piauienses.

De acordo com Borges e Silva, as pesquisas indicam que há poucos estudos que utilizam os registros eclesiásticos como fontes. Entre os motivos que dificultam a disseminação

²¹ Sobre essa discussão, ver: BARROS, José D'Assunção. A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales. *Hist. Revista*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 203-222, jan.-jun. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/viewFile/21693/12765>. Acesso em: 02 jan. 2018.

²² ARRAES, Esdras. Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761. *Anais do Museu Paulista*, v. 24, n. 1, jan.-abr. 2016.

²³ Em nome da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, gostaríamos de agradecer imensamente ao Dom Juarez Sousa da Silva, Bispo da Diocese de Oeiras, pela gentileza e compreensão da importância da digitalização da documentação eclesiástica e, principalmente, por ter disponibilizado para o referido projeto essa riquíssima massa documental.

²⁴ O espaço físico do NUPEDOCH é climatizado e equipado com computadores, máquinas fotográficas, armários, bancadas, mesas e cadeiras. Para organizar os trabalhos o núcleo foi dividido em dois espaços; um para a preservação dos documentos e outra para as atividades de oficinas e o processo de digitalização.

de pesquisa está que a igreja tem um “caráter privado [...] pois a legislação delega aos seus detentores a decisão de liberá-los à pesquisa”.²⁵ Estes critérios estão sendo repensados, conforme indicado por Montenegro, pois em sua pesquisa comprova que as igrejas no Rio Grande do Sul, por exemplo, estão modernizando os seus acervos para a divulgação entre os interessados nos registros eclesiásticos como forma de preservação dos documentos originais e de facilitar o acesso a estas fontes.²⁶ Assim, também estamos conseguindo esse diálogo com as Dioceses do Piauí. Por isso a importância da digitalização e divulgação desse material.

Sobre o uso desses acervos na pesquisa, Jussara Borges e Ana Aparecida Gonzaga da Silva nos esclarecem que,

A existência de fontes documentais de origem pública em arquivos eclesiásticos remonta ao período do reconhecimento do catolicismo como religião oficial por parte do Império Romano saindo a Igreja católica da clandestinidade com a criação de um estatuto jurídico próprio para a religião.²⁷

A acuidade dada a estes acervos pela igreja, sobretudo, em guardá-los e permanecendo com eles ao longo dos séculos, contribuiu para o acesso da comunidade acadêmica e civil na contemporaneidade. No entanto, segundo Santos, essa prática de “depositar documentos de natureza civil em entidades religiosas católicas se devia ao fato do alto nível de organização da mesma, bem como pelo seu poder homogêneo, congregando em seu seio todos os povos e submetendo, inúmeras vezes, o poder civil ao religioso”.²⁸

Para além desses processos de poderio, que foi se constituindo no período colonial com fortes conluios entre Igreja e Estado, o debate com os discentes, em nosso processo de pesquisa ficou restrito a importância dos registros eclesiásticos para a história e de como poderíamos analisar as relações de sociabilidades a partir desses indícios.

Depois da posse desses documentos e apresentadas as devidas considerações acerca do valor das informações eclesiásticas encontradas nesses livros, passamos a exibir os direcionamentos que realizamos com os discentes nas atividades práticas no projeto.

A primeira ação foi expor para os discentes uma discussão sobre os procedimentos metodológicos iniciais, dando lhes ressalvas sobre as leituras que versavam sobre a organização de acervos modernos, do manuseio de manuscritos, das normas técnicas de classificação de documentos, da análise de documentos e das suas tipologias documentais.²⁹

²⁵ BORGES, Jussara; SILVA, Ana Aparecida Gonzaga. Arquivos Secretos Eclesiásticos em Salvador. *Revista Informação & Informação*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 38-61, jul.-dez. 2009, p. 39.

²⁶ MONTENEGRO, Jeferson. *Os Arquivos Eclesiásticos como Fonte para a Pesquisa Genealógica no Vale do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul*. 2012. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 31-35.

²⁷ BORGES, Jussara; SILVA, Ana Aparecida Gonzaga. Arquivos Secretos Eclesiásticos... *Op. cit.*, p. 41.

²⁸ SANTOS, Cristian José Oliveira. *Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, p. 47.

²⁹ Cf.: GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998; MILEVSKY, Robert K. *Manual de pequenos reparos em livros*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: www.arqsp.org.br/cpba. Acesso em: 26 ago. 2017. (Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos).

Na verdade, tivemos que realizar atividades interdisciplinares com outras áreas do conhecimento. Especificidades mais alinhadas às funções dos arquivistas, que se utilizam destas metodologias para a classificação de acervos com séries documentais distintas.³⁰ Pois, segundo Maria Nascimento, possibilitam “situar um documento dentro de uma coleção/acervo e a catalogação de assunto identifica a posição do documento dentro do mapa de conhecimento já classificado, dentro do sistema adotado”.³¹ Ainda sobre esse debate, Ana Célia Rodrigues enfatiza que:

O procedimento de identificação parte do conceito de documento, dos elementos constitutivos da sua estrutura, a relação do documento com o ato, dos elementos constitutivos de seu conteúdo, que expressam as atividades e a relação estabelecida com o seu órgão produtor. A caracterização dos atributos que apresentam o órgão produtor, suas funções e atividades, e a maneira como estes vínculos estabelecidos se traduzem nas partes do documento arquivístico, integram o conhecimento gerado nesta fase e compõe a base teórica da identificação arquivística.³²

Diante desse processo, direcionamos os discentes a perceberem que para além dos “elementos constitutivos de seu conteúdo”, ainda tínhamos como tarefa obter informações sobre o percurso e a feitura desses documentos. Nesse sentido, procurando cercar esses detalhes e da estruturação dos manuscritos, buscamos dados sobre a área da paróquia, identificação numeral dos livros, data, local, tipo de série e subsérie, códice, nome do vigário, dentre outras especificidades registradas na documentação.

Esses elementos foram necessários para a elaboração da “Ficha de Identificação de Tipologia Documental”,³³ por isso foi tão importante internalizar as leituras da funcionalidade da instituição originária desses documentos, para, posteriormente, compreender os tipos de variação ou semelhanças de descrições nos manuscritos.

Além disso, foi possível evidenciar a circularidade desses documentos, marcar o tempo de sua produção, autoria e produzir um resumo acerca do tema registrado no livro; igualmente, apontar os principais sujeitos presentes nas narrativas e, pelas orientações do NOBRADE, definir as palavras-chaves daqueles livros.

Essas informações iniciais tiveram como objetivos, além de procurar seguir as normas técnicas de descrição arquivista no formato NOBRADE, disponibilizar para a comunidade

³⁰ Para essa atividade foi realizado uma oficina com todos os membros do núcleo, ministrada pelos professores do núcleo, cuja discussão teórica centrou nos temas que abordassem o tratamento dos documentos eclesiásticos e na elaboração de classificações e catalogação.

³¹ NASCIMENTO, Lúcia Ma. B. do. *Análise Documental e Análise Diplomática: Perspectivas de interlocução de Procedimentos*. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília (SP), p. 61.

³² RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 202. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/de-27112008>. Acesso em: 27 dez. 2017.

³³ Aqui foram incorporadas descrições arquivistas no formato NOBRADE, Cf.: BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma brasileira de descrição arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/nobrade.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

acadêmica e civil, buscas rápidas no sistema de consultas e que essas informações estejam detalhadas no índice de sumário impresso.³⁴

Até aqui, como se percebe, tomamos como referência a área da arquivologia. É importante o leitor ter por conta que os livros não foram tratados segundo critérios da biblioteconomia, mas dialogamos com a arquivologia, cujo campo de conhecimento precisa ser ampliado entre os historiadores por ser uma área afim e que se articula e interage com a História.³⁵

Numa segunda ação, ainda sobre o quesito da atividade de formação dos discentes, também propusemos estudos na área da paleografia.³⁶ Abordamos as instruções técnicas para que os engajados no projeto pudessem integrar a seus trabalhos os métodos da leitura, transcrição e análise paleográfica. Além disso, o curso proporcionou aos membros analisar não somente o “estado de conservação do papel e à qualidade da tinta, mas também ao vocabulário, à grafia, à caligrafia e às abreviaturas”,³⁷ também discussões sobre as funcionalidades de suportes tecnológicos modernos e dos processos de restauração.³⁸

Após essas discussões iniciais e imprescindíveis para o conhecimento do manuseio dos manuscritos e de sua decifração é chegada a hora prática de manuseio com os livros. A título de organização e da distribuição das tarefas procuramos seguir o plano de atividade de cada discente. Foram realizadas subdivisões por tomos, depois distribuímos uma ficha para a coleta de informações iniciais de cada livro com o objetivo de criar critérios para a catalogação e de administrar a subdivisão conforme a delimitação temporal do século XIX.

Portanto, na medida em que cada grupo começava os trabalhos com os livros, já íamos elaborando um índice catalográfico.³⁹ Com isso, privilegamos minuciar o registro com a tipologia específica de cada documento digitalizado, destacando o nome da instituição

³⁴ Segundo esse manual: “Normas para descrição de documentos arquivísticos visam garantir descrições consistentes, apropriadas e autoexplicativas. A padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas. Ao mesmo tempo em que influem no tratamento técnico realizado pelas entidades custodiadoras, as normas habilitam o pesquisador ao uso mais ágil de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante à informação”. *Ibidem*, p. 10.

³⁵ Para uma discussão inicial sobre o diálogo entre a história e a arquivologia, consultar: GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1991; BLOCH, Marc. *Apologia da História, Ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001; GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: Como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003; VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). *Estudos avançados em Arquivologia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

³⁶ Foi ofertado um curso de paleografia promovido pelo NUPEDOCH. Na ocasião, foi convidado o ilustre professor Manoel de Jesus Barros Martins, da Universidade Federal do Maranhão. O referido curso foi ministrado entre os dias 11 e 14 de novembro de 2014.

³⁷ FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3ª ed. (revista e aumentada). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008, p. 9.

³⁸ BERWAMGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes F. *Noções de paleografia e diplomática*. 3ª ed. (revista e ampliada). Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2008.

³⁹ Cada grupo ficava responsável por higienizar e digitalizar cerca de 5 a 10 livros. Depois, na medida em que estes grupos concluíam suas atividades se voltavam para ajudar outros grupos a concluírem suas tarefas. Na Diocese de Oeiras, encontramos livros de tempos históricos distintos, de forma que tivemos que dividir os grupos de trabalho por séculos. Assim, os livros do século XVIII, XIX e início do século XX ficaram com diferentes responsáveis.

originária dos registros, o período de produção da escrita, o estado do documento se conservado (parcialmente ou totalmente) ou deteriorado, contendo ainda um resumo geral das características de cada livro. Vejamos na tabela abaixo, amostras de livros manuscritos que foram manuseados entre um dos grupos do projeto:

Tabela 1 - Fontes manuscritas manuseadas, higienizadas e digitalizadas – Igreja de Nossa Senhora da Vitória.

Livros de batismos	Livros de casamento
1865-1866	1858-1880
1874-1876	1875-1881
1876-1879	1883-1887
1879-1881	1887-1893
1885-1888	-
1888-1891	-

Fonte: NUPEDOCH - Núcleo de Pesquisa e Documentação em História, UFPI, CSHNB, Curso de História. *Livros eclesiásticos manuseados e digitalizados e os períodos que foram produzidos pela Igreja de Nossa Senhora da Vitória de Oeiras*. 2016. (CD-ROM).

Ressaltamos que nesses dez livros foi realizada, simultaneamente, durante o processo de digitalização, a limpeza mecânica para higienização dos livros.⁴⁰ Podemos considerar esse procedimento como uma terceira ação de atividade para os discentes no projeto de extensão. Esse direcionamento esteve ligado ao procedimento importantíssimo para prevenir a “sujidade” das fontes. Segundo Cassares,

é o agente de deterioração que mais afeta os documentos. A sujidade não é inócua e, quando conjugada a condições ambientais inadequadas, provoca reações de destruição de todos os suportes num acervo. Portanto, a higienização das coleções deve ser um hábito de rotina na manutenção de bibliotecas ou arquivos, razão por que é considerada a conservação preventiva por excelência.⁴¹

Os participantes do projeto se depararam com livros empoeirados, folhas quebradas, repletas de fungos e bactérias, invisíveis aos olhos nus, mas que exigiu expertise e sensibilidade para que o manuseio não pudesse deteriorar ainda mais os livros. Por isso, destacamos a necessidade da higienização dos documentos, também a discussão sobre o procedimento de manuseio,⁴² o descuidado com os livros, o zelo pelo espaço de trabalho e das

⁴⁰ No espaço do NUPEDOCH, em mesa reservada para este fim, foi realizada manualmente a limpeza dos livros. Nesse procedimento, utilizamos um pincel (trincha) largo, folheamos página por página de cada livro, com movimentos leves por cima de cada folha, tirando a poeira e microorganismos para retirar a sujidade.

⁴¹ CASSARES, Norma Cianflone. *Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado - Imprensa Oficial, 2000, p. 26.

⁴² OGDEN, Sherelyn (ed.). *Armazenagem e manuseio*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: www.arqsp.org.br/cpba. Acesso em 26/08/2017. (Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos).

seguranças técnicas de digitalização para proteger a si e os documentos carregados de microrganismos.⁴³

Depois desses processos e cientes de que a documentação estava higienizada, começamos a quarta ação de atividade no projeto, que foram os trabalhos de digitalização. Nos tempos de hoje é muito comum a digitalização de documentos e sua hospedagem na internet, sobretudo, na era *Google It, Google Drive, Google Docs, eBook* e de *links* criados por instituições e pesquisadores.⁴⁴ A estes últimos, podemos dizer que muitos têm se apropriado das “redes sociais na internet” para disseminar conhecimento ou para se aproximar do público leitor; assim, essas ferramentas “funcionam como importantes plataformas de divulgação de história”.⁴⁵

As novas tecnologias podem nos proporcionar não apenas a digitalização, mas também a salvaguardar as informações via acervos digitais. O uso de tecnologias pode nos confortar e respaldar a eficiência em um projeto que visa proporcionar o acesso das informações coletadas a comunidade acadêmica de forma eficiente, principalmente quando é seguido de um banco de dados digital, garantindo a preservação dos documentos através do acesso via *link*, ao invés do manuseio direto ao documento. A propósito do uso de tecnologias, os estudos de Hercules Santos, referência da área de Ciência de Informação, nos propõe pensar sobre as questões do documento histórico, as inovações tecnológicas e seus desafios como pontes para acessibilidade de pesquisas históricas, inclusive, nos redirecionando para rever a própria noção de documento escrito como “prova” para a produção historiográfica.⁴⁶ Segundo este autor,

Para o historiador o documento pode ser interpretado e instrumentalizado socialmente de maneira diferente daquela convencionada a partir da sua interpretação inicial, de sua espécie e da sua tipologia documental. Neste movimento, ao menos duas problemáticas se cruzam na presente discussão. A primeira diz respeito à Redocumentarização e suas eventuais consequências para a construção do conhecimento e; a segunda se refere ao fazer historiográfico baseado na concepção ampliada de documento de valor histórico quando esta depende dos acervos digitalizados.⁴⁷

A indagação apresentada acima pelo autor provoca na área da História discussões que, de certo modo, já não são novas para os historiadores, mas, são questões pertinentes. Tendo em vista que são tratadas por uma ampla historiografia francesa e brasileira acerca das propostas elaborada pela Escola dos *Annales*. Os pontos nodais circundam na questão da

⁴³ Ressaltamos que os alunos bolsistas e voluntários do NUPEDOCH, para garantir a proteção contra os microrganismos, receberam máscaras e luvas durante todas as atividades do projeto.

⁴⁴ Sobre essas questões, ver: TAVARES, Célia Cristina da Silva Tavares. História e Informática. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

⁴⁵ CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais online. *Revista História Hoje*, v. 3, n. 5, p. 165-188, 2014, p. 174.

⁴⁶ SANTOS, Hercules Pimenta dos. Documento Histórico na Era da Digitalização: Impactos no fazer historiográfico. *Anais do [...] X Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Ibero-América e Caribe*. Belo Horizonte, 2016, p. 21. Disponível em: <http://edicic2016.eci.ufmg.br/>. Acesso em: 10 dez. 2016.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 09.

ampliação da noção das fontes e do conceito de história, ainda nos finais do século XIX e com todo vigor nas primeiras décadas do século XX.⁴⁸ O que Hercules Santos sinaliza para o historiador diz respeito ao sentido que devemos dar às fontes históricas, pois, “instrumentalizado socialmente de maneira diferente daquela convencionada”, nos permite interpretar e escrever a história a partir da “redocumentarização” e nos direciona para ampliar o “documento de valor histórico” quando o pesquisador passa a caçá-los, para além dos acervos físicos, nos “acervos digitalizados”.⁴⁹

Assim, o ato da digitalização não se refere apenas a construir uma versão digital dos documentos e de tratar de sua preservação. Mais que isso, esta é uma atividade importantíssima para a socialização de documentos que antes estavam inacessíveis. Por isso, a necessidade desse projeto porque além de preservar estes documentos procura ainda aproximar a comunidade acadêmica e civil destes materiais. Assim, esperamos estimular os usuários a acessarem estes acervos e, de forma particularizada, que possam ampliar o uso desses manuscritos eclesiásticos, seja para comunidade civil ou pesquisadores que se interessarem pela interpretação da história regional do centro-sul do Piauí.

A propósito do procedimento de digitalização, de acordo com o CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos, este adverte que:

A digitalização de acervos é uma das ferramentas essenciais ao acesso e à difusão dos acervos arquivísticos, além de contribuir para a sua preservação, uma vez que restringe o manuseio aos originais, constituindo-se como instrumento capaz de dar acesso simultâneo local ou remoto aos seus representantes digitais como os documentos textuais, cartográficos e iconográficos em suportes convencionais, objeto desta recomendação.⁵⁰

Acreditamos estar seguindo a “recomendação” do CORNAQ, pois procuramos adotar as técnicas indicadas, especialmente, porque este projeto se esforça para zelar pela preservação documental ao restringirmos, com a digitalização, o “manuseio aos originais”. Noutro projeto, em longo prazo, cogitamos disponibilizar através de um site todo o acervo para garantir o “acesso simultâneo local ou remoto aos seus representantes digitais como os documentos textuais” que beneficiará diretamente a comunidade acadêmica e mobilizará os grupos de pesquisas para seus respectivos estudos na área eclesiástica.

Além de procurarmos hospedar os arquivos no *site*, também estamos trabalhando para deixar no NUPEDOCH, e na própria Paróquia de Nossa Senhora da Vitória, um acervo digital desses documentos, cujo atendimento será para aqueles usuários/pesquisadores que não tem

⁴⁸ Sobre essa discussão, ver: REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

⁴⁹ Para Santos: “Redocumentarizar significa tratar um documento, ou coleções documentais, rearticulando os conteúdos segundo o uso ou a interpretação do usuário. Trata-se de uma série de procedimentos que objetivam transpor o documento tradicional para o meio digital”. SANTOS, Hercules Pimenta dos. Documento Histórico na... *Op. cit.*, p. 3.

⁵⁰ Conarq - Conselho Nacional de Arquivos. *Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes*. Rio de Janeiro, 2010, p. 4. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes_digitalizacao_completa.pdf. Acesso em: 13 out. 2017.

acesso à internet, mas que pode ser garantido a estes a pesquisa nesses espaços institucionais.⁵¹

Ressaltamos que o NUPEDOCH vem se esforçando para desenvolver metodologias que preservem os documentos em bancos de dados, em virtude do arquivo da igreja de Nossa Senhora da Vitória, e as demais paróquias em que foi realizado o processo de digitalização, não terem sites de divulgação e muitos menos disponibilizarem estes documentos para acesso a comunidade. Na paróquia somente tinha acesso a esses documentos os funcionários e a comunidade civil apenas quando procuravam extrair segunda via de certidões de batismo, óbito ou casamento.

O processo de digitalização de livros é uma forma de garantir a preservação da memória e possibilitar pesquisas históricas. Antes o acervo existente tinha a função de guardar os registros apenas como posse da igreja, a permissão por parte do bispado para a digitalização representa a abertura de um diálogo profícuo entre a instituição de ensino e os membros da igreja. Nessa discussão, é tempo de socializarmos o valor histórico dos materiais ali depositados e o comprometimento de expandir as pesquisas históricas do Piauí.⁵²

Destarte, nosso objetivo foi o de sempre ampliar o acesso a esses documentos e por isso o empenho tem se direcionado para criarmos instrumentos de pesquisa que rompesse a inacessibilidade do manuseio físico do acervo, para posterior divulgação a comunidade acadêmica e civil. Assim, manteríamos o atendimento burocrático com estes documentos eclesiásticos prestados pela paróquia e também estes seriam disponibilizados para a pesquisa histórica, mas essas estratégias não poderiam ser concretizadas sem o uso de tecnologias como forma de reprodução via digitalização. Diante dessa empreitada, reforçamos que sempre procuramos seguir as normas do CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos que nos adverte:

Entendemos a digitalização como um processo de conversão dos documentos arquivísticos em formato digital, que consiste em unidades de dados binários, denominadas de *bits* - que são 0 (zero) e 1 (um), agrupadas em conjuntos de 8 *bits* (*binarydigit*) formando um *byte*, e com os quais os computadores criam, recebem, processam, transmitem e armazenam dados. De acordo com a natureza do documento arquivístico original, diversos dispositivos tecnológicos (*hardware*) e programas de computadores (*software*) serão utilizados para converter em dados binários o documento original para diferentes formatos digitais.⁵³

⁵¹ O projeto de extensão não tem recursos próprios para este processo, mas estamos realizando um diálogo com os professores e alunos do Curso de Sistema de Informação do CSHNB, UFPI, para alinharmos uma parceria e executar essa hospedagem.

⁵² A digitalização em documentos é indicada pela paleografia como "Uma das inovações tecnológicas das últimas décadas que têm contribuído enormemente para as pesquisas, especialmente históricas, é a digitalização de imagens de documentos manuscritos. Essa contribuição permite um maior acesso dos paleógrafos e pesquisadores a documentos manuscritos, causando um incremento no volume das pesquisas, em virtude da acessibilidade a um maior número de fontes, em especial as seriadas, assim como tem permitido a preservação de documentos em estado delicado de conservação, cujo acesso é restrito ou impossibilitado". OLIVEIRA, Nelson Henrique Moreira de. Material referente à primeira oficina de paleografia oferecida pelo PET - História. Oficina Ministrada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica (RJ), 2013, p. 3. Disponível em: https://www.ufrj.arquivos_PETpaleografiaapostila_oficina-paleografia-i.pdf. Acesso em: 4 nov. 2017.

⁵³ CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos. *Recomendações para Digitalização... Op. cit.*, p. 6.

Por essas orientações, durante o processo de digitalização, utilizamos, para “conversão dos documentos arquivísticos em formato digital”, máquinas fotográficas com capacidade de 18 megapixels. Hoje, no mercado editorial e nas empresas que trabalham com estes fins, eles utilizam scanners potentes que além da rapidez garante qualidade as imagens capturadas.

Reforçamos que nas atividades do projeto trabalhamos com máquinas digitais com a capacidade de 18 megapixels, a opção por essa versão esteve atrelada as limitações orçamentárias do projeto. Ressaltamos que essa resolução também resguardou a qualidade da imagem e nos permitiu a conversão do “documento original para diferentes formatos digitais”.

Transformar o documento manuscritos em digital não pode ser enfrentado como uma ação desprovida de planejamento e sensibilidade por parte de quem está manuseando a câmara digital, pois a fotografia tem que ser firme, nítida, sem turvas. Cabe ao digitalizador julgar isso naquele momento da ação e caso avalie necessidade de fotografar novamente deverá refazer o procedimento quantas vezes for preciso para garantir a qualidade nas imagens e a leitura dos futuros pesquisadores.

Ademais, reforçamos que “o produto dessa conversão não será igual ao original e não substitui o original que deve ser preservado”, se trata de um trabalho que procura garantir tão somente o “acesso, difusão e preservação do acervo documental”.⁵⁴

Voltemos a falar do ato de digitalizar. No momento da digitalização também deve ser notada a leveza dessa ação, pois muitos documentos encontravam-se danificados o que requereu dos voluntários cuidados especiais para garantir a digitalização e a integridade física do material manuseado. Alguns documentos estavam com sua capacidade de manejo comprometida, mais uma vez a digitalização protegeu que estes livros fossem tocados pela primeira e única vez, sendo a versão digital uma forma de substituir o contato direto com as fontes primárias.

As dificuldades para essa atividade têm sido contínuas e diversas, pois os livros digitalizados continham em sua espessura uma densidade de 200 a 240 páginas. Às vezes, o ato de digitalização com as câmeras fotográficas tornava-se difícil, por vezes, precisávamos de auxílios dos demais discentes para ajustes na altura do foco da imagem e da projeção plana do livro.

Um trabalho que gerou como produto, além da dimensão de fontes para pesquisa, informações digitais de fácil processo para *downloads* e divulgação. Sobre as fontes de informações na contemporaneidade Hercules Santos assinala que “acervos digitalizados trazem novos significados para a pesquisa histórica”, pois mobiliza as informações com maior velocidade. Dessa forma, a “tecnologia digital colabora para a possibilidade de pesquisas antes inexistentes. Os documentos são os mesmos, mas a tecnologia digital traz novas possibilidades” de interpretação e de circulação.⁵⁵

⁵⁴ CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos. *Recomendações para Digitalização... Op. cit.*, p. 6.

⁵⁵ SANTOS, Hercules Pimenta dos. *Documento Histórico na... Op. cit.*, p. 11.

Durante a execução dessa atividade tivemos o cuidado para dividir as ações práticas entre os grupos de trabalho, pois tínhamos um prazo para devolver o acervo. Assim, a digitalização foi realizada por grupos de alunos que se revezaram nos três turnos (manhã, tarde e noite). Além disso, a alternância também se projetava no manuseio com os documentos, pois às vezes faziam a limpeza/higienização, outras digitalizavam os livros. Ressaltamos a importância desse trabalho coletivo e, simultaneamente, as interpelações que ocorreram entre professores e alunos.

Esse acompanhamento permitiu um aprendizado contínuo e foi de suma importância para a formação desses alunos. Além da troca de experiência entre alunos/professores, somam-se as aprendizagens interdisciplinares com as áreas da história, paleografia e arquivologia.

Durante as atividades práticas muitos problemas acerca da parte técnica foram suprimidos por conta dessas formações contínuas e interdisciplinares. Podemos citar, por exemplo, as grafias manuscritas que, primeiramente, eram tidas como rascunhos indecifráveis nas leituras realizadas pelos discentes, depois perceberam que as descrições gráficas variavam de acordo com as alternâncias dos padres nas paróquias.

Essa prática no interior do NUPEDOCH e a rotina de leituras frente aos registros eclesiásticos levaram os discentes a perceberem que mesmo com as mudanças dos párocos era possível marcar seus traços pelos desenhos gráficos das letras. Daí a importância imprescindível dos componentes técnicos da paleografia, conforme falamos anteriormente, para um entendimento do material manuseado quanto às características da documentação no tocante as tipologias de escrita, as formas gráficas e as suas significações para o contexto narrativo dos rituais de batismos e casamentos.

Quando foi concluído todo o processo de digitalização o grupo organizou os documentos em arquivos representados em dois formatos: 1) um representante digital com baixa resolução, do tipo *thumbnail*, cujo formato digital decidimos pelo *JPEG (Joint Photographic Experts Group)*; 2) e no formato de arquivo digital no formato de *PDF (Portable Document Format)*.⁵⁶

Essas versões estão disponíveis no NUPEDOCH e na Paróquia de Nossa Senhora da Vitória. No núcleo, estão disponíveis as versões dos documentos em *JPEG* e em *PDF*. Na paróquia, entregamos na secretaria da instituição todos os materiais digitalizados em *CD's*, também explicamos, para os funcionários e a seu representante paroquial, a forma de armazenamento, esclarecemos as normas de segurança e da preservação desses documentos digitais, pois daqui em diante passarão a utilizá-los no cotidiano do trabalho paroquial.

As versões entregues ao NUPEDOCH e na paróquia permitirão aos usuários, após selecionar os documentos de acordo com seu interesse de pesquisa, visualizá-los em tela de computador e imprimí-los. Ainda acompanharam os *CD's* um sumário com todas as Fichas de Identificação de Tipologia Documental impressas, tornando o material produzido um

⁵⁶ Essas orientações constam em: CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos. *Recomendações para Digitalização... Op. cit.*

instrumento de pesquisa de fácil acesso à identificação, seja pelo tipo de documento ou pelo resumo temático que foi construído para caracterizar cada livro digitalizado.

Hoje, quem se direciona para a secretaria paroquial procurando extrair a segunda via de batismo ou casamento vai encontrar todos esses documentos digitalizados. Desta forma, os funcionários para fornecer o documento solicitado restringirão o manuseio aos livros manuscritos e farão a busca, primeiramente, no índice/sumário impresso e depois de colher informações do período requerido recorrerão aos *CD's* de acordo com o tempo indicado. Assim, os funcionários poderão emitir a segunda via demandada mediante a confirmação dos dados pessoais do usuário com a representação digital expressa na tela do computador.

O NUPEDOCH tem a guarda de uma cópia de segurança (*backup*) de todos os livros digitalizados. Esse procedimento é imprescindível para garantir a preservação dos documentos eclesiásticos e a divulgação para a pesquisa.

Desse modo, hoje reconhecemos que as tecnologias atuais são assuntos que ganharam espaço nos discursos dos historiadores, tanto pelas temáticas da preservação de documentos na forma digital, quanto nos debates relacionados à socialização de fontes em formatos digitais passíveis de serem consultados para os estudos históricos contemporâneos. Daí as discussões internas no NUPEDOCH para planejarmos uma *website* e disponibilizarmos essas fontes para que outros pesquisadores fora do Piauí possam ter acesso e atraí-los para ampliar seus estudos com as fontes eclesiásticas, quiçá, até realizarem uma pesquisa comparativa a partir dos registros produzidos no Piauí imperial.

Para tanto, é importante lembrarmos as considerações de Anita Lucchesi quando nos propõem pensar o documento histórico frente aos desafios tecnológicos, pois na produção e identificação dessas *websites* que possam contribuir e socializar fontes para o incentivo da escrita historiográfica, o historiador tem que saber lidar com o "ciberespaço", pois, segundo a autora, os usuários "imbuídos destes novos hábitos, neste afã de tudo compartilhar, tudo postar, salvar que agora circulamos deixando e produzindo novas marcas".⁵⁷ Assim, quando utilizarmos esses documentos que circulam pela *web*, podemos ampliar as análises da epistemologia da história quando procurarmos debater certos temas históricos no *Facebook*, em *blogs* ou até mesmo nos grupos de *WhatsApp*.

Como se vê, em meio a essas novas abordagens, o que notamos é a produção e circulação do conhecimento. De fato, essa aceleração do tempo e o acesso aos documentos por meio desse "ciberespaço" rompeu com a história tradicional no tocante a definição dos documentos históricos, pois quebrou os jargões de se intitular as fontes, antes não tocadas, como "inéditas" ou "originais".⁵⁸ Nesse caso, estas fontes, "inéditas" ou "originais", podem ser acessadas por vários pesquisadores em um mesmo dia, haja vista que:

⁵⁷ LUCCHESI, Anita. A história sem fio: questões para o historiador da Era *Google*. *Anais do [...]. XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*. São Gonçalo, RJ: ANPUH-RIO, 2012, p. 3. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338518449_ARQUIVO_Ahistoriasemfio-AnpuhRJ-Textocompleto-AnitaLucchesi-31.05.12final.pdf. Acesso em: 15 ago. 2017.

⁵⁸ Segundo Pierre Lévy, ciberespaço é: "espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. [...] Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de

Hoje as grandes empresas de informática, telefonia, som e imagem não vendem apenas celulares, TVs, rádios e computadores, mas uma grande variedade de dispositivos eletrônicos que nos permitem estar conectados o tempo inteiro, como smartphones, iPods, iPhone, iPad, tablets, netbook, lousas eletrônicas para salas de aula, leitores de livros digitais (como Kindle, da Amazon) com tecnologia wireless e 3G de acesso à Internet, TVs digitais etc.⁵⁹

Assim, podemos fazer *downloads* desses documentos para a pesquisa ou simplesmente compartilhá-los para o público em geral no sentido de provocar debates nas redes sociais. Logo, se considerarmos que a internet pode ser atribuída como um novo significado para a escrita da história nos parâmetros já assinalados por Lucchesi, deve-se também apontar como positivo o uso das redes sociais para “não apenas [divulgar] em um repertório de fontes, mas também um espaço de escrita e divulgação dos resultados das investigações históricas que podem ou não ter utilizado a internet como fonte”.⁶⁰

3. Análise documental: alguns procedimentos metodológicos com fontes eclesiásticas

Até aqui expusemos que as ações desse projeto de extensão buscaram registrar, organizar, digitalizar as informações acerca das leituras extraídas de dois tipos de documentos: os livros de casamento e de batismo. Esses documentos são específicos de cada região, aqui folheamos documentos produzidos pela igreja católica na região de Oeiras no período imperial.

Através dos componentes arregimentados pela igreja e com base no levantamento das bibliografias piauienses que realizamos durante a feitura do projeto, foi notada a escassez de pesquisas históricas com essa tipologia documental. Contudo, avaliamos que com a socialização desses documentos e a possível aproximação dos grupos de pesquisas podemos trazer à tona outras interpretações das relações sociais do Piauí, sobretudo, se decidirmos adotar as fontes eclesiásticas como análise documental, principalmente, quando avaliarmos as escritas e confrontarmos o contexto histórico de sua produção.⁶¹

Ressaltamos que os pesquisadores podem explorar dessa documentação eclesiástica diversos sujeitos e fazeres, pois, os padres aproveitaram esses registros para “sistematizar” informações minuciosas de fiéis em povoados e vilas provincianas. Essa ação da igreja teve (e tem) uma ação imprescindível, pois além de marcar o tempo social de uma comunidade, também tomaram o compromisso para resguardar esses documentos.

comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de rede hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização”. *Apud*: LUCCHESI, Anita. A história sem fio... *Op. cit.*, p. 3-4.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 04.

⁶⁰ LUCCHESI, Anita. A história sem fio... *Op. cit.*, p. 04.

⁶¹ NASCIMENTO, Lúcia Ma. B. do. *Análise Documental e...* *Op. cit.*, p. 51-52

No entanto, cabe ressaltar que esses registros não podem ser identificados como atitudes ingênuas, pois, com isso, objetivaram manter um olhar próximo perante a comunidade, cujos comportamentos eram assistidos com o intento de “vigiá-las no sentido de tentar obstar a mancebia, o adultério, a poligamia, o paganismo e outros atos tidos como pecaminosos na óptica clerical”.⁶²

Destarte, não podemos negar o riquíssimo conteúdo textual dos registros analisados, apesar de manterem uma ordem nas narrativas, alguns variavam com informações a mais ou a menos, conforme a concepção do pároco. Para além da estrutura textual registrada pelos párocos, podemos notar nestes documentos que suas narrativas trazem à tona a dinâmica da vida social, matrimonial e batismal entre pardos, índios, brancos, pretos, mamelucos e outros. Em importante pesquisa com documentos eclesiásticos o historiador Xavier, destaca: “nos assentos batismais os clérigos indicavam: data do batismo; local onde foi realizado; nome do neófito; dos pais; onde residiam; identificação da criança pela cor; data de nascimento; nome de padrinhos; e as naturalidades das pessoas envolvidas neste ritual.”⁶³

Ainda citando Xavier, este registra também que:

Quanto aos casamentos, apontava-se: local de realização do casamento; nome dos noivos e de seus pais; onde eram moradores; identificação dos nubentes pela cor; nomes das testemunhas; e as naturalidades dos sujeitos envolvidos na celebração do matrimônio. Ademais, tanto nos assentos batismais quanto matrimoniais constam os nomes dos próprios sacerdotes que, por sua vez, também apontavam as pessoas que viviam na condição de escravas(os).⁶⁴

Como se vê, os registros trazem detalhes da vida social de diversos sujeitos, mormente, dos indígenas, cujo período coincide com o discurso das autoridades locais na divulgação de sua extinção pela província também do Piauí. O fato é que, numa primeira leitura desatenta frente a esta tipologia de documentos, estas fontes pouco revelam os significados existentes na dinâmica da vida social, mas não pode ser emudecida pelo historiador, inclusive, a começar pelas injunções da cultura cristã aos assuntos da imposição ou resistência do batismo e do casamento aos nativos. Tais preceitos eram a condição imposta aos sujeitos para serem acolhidos no entorno social regido pela igreja no Império brasileiro.

Desde o concílio de Trento, por volta de 1562, a Igreja Católica criou regras de como seus fiéis e os clérigos deveriam perceber as relações conjugais, a família e condenou tudo que desviasse do padrão da norma católica. Assim, mais tarde no Brasil [...] toda a organização da igreja católica no período colonial até o império, influenciando a jurisdição civil já que o catolicismo era religião oficial dos pais no período. Portanto, os desvios a moral católica, como concubinato, bigamia, incesto, eram também desvios as normas do império brasileiro.⁶⁵

⁶² XAVIER, Maico Oliveira. “*Cabôcullos são os brancos*”: dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – Século XIX. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p 12.

⁶³ *Idem*.

⁶⁴ *Idem*.

⁶⁵ SILVEIRA, Mona Ayala Saraiva da. O cotidiano das relações conjugais no Piauí oitocentista por meio de processos judiciais. *Anais do [...]. II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista – Disputas políticas e*

Nas relações cotidianas as pessoas tinham a sua concepção de como manter uma relação familiar, mas nos registros de casamento houve uma tentativa de unificação da vida matrimonial ignorando, portanto, os diferentes arranjos familiares que foram subjugados sob os preceitos e moral da igreja católica que era o casamento religioso.

Assim, devemos nos atentar aos arranjos familiares, pois estiveram no âmago da dinâmica social e revelam os laços constituídos por diversos sujeitos: índios, escravos, libertos e senhores. Essas classes sociais, embora tivessem sido forçadas a mudarem suas culturas, procuraram resguardar as peculiaridades de suas relações, algumas seguiram a sintonia do catolicismo, outras repudiaram e resistiram a representação moral do matrimônio de cunho lusitano.

Quanto aos livros de batismos uma fonte indispensável para o conhecimento da história de quem nascia em uma época em que a escravidão pairava por todo o império, pois os registros mencionavam a condição no nascimento (brancos, livre, liberto ou escravo), noutros, até a distinção dos grupos sociais (raça, nação, cor). Sendo a história de muitos atores que contribuíram para a dinâmica social e cultural durante o período imperial e que ainda precisa ser historicizada, seja para analisar as categorias/conceitos narrados pelos párocos ou confrontada com o discurso elitista e revigorada a partir desses resquícios documentais que hoje podemos ter acesso via o projeto de digitalização.

A propósito desse tipo de registros, Chaves faz observações contundentes das junções impostas pela igreja católica acerca as relações familiares sobre o batismo.

A continuidade da família se faz através da sucessão de filhos. Na Colônia e no Império, sendo a Igreja responsável pelos registros civis da população brasileira, a incorporação da criança nessa sociedade se dava através da certidão ou ata batismal lavrada pelos próprios padres [...]. Mas o ato de batizar vai além de uma certidão, de um registro apenas. Assim como o casamento, o batismo era um Sacramento, o primeiro e, portanto, como os demais, carregado de significados, simbologia, bem como de normas com vistas à garantia da aceitação e da procura, imposto pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.⁶⁶

Como podemos notar, a família foi uma instituição moldada pelo catolicismo, desde cedo "a incorporação da criança" na sociedade ficou condicionada a uma burocracia simbolizada pelo ritual da "certidão" ou ata batismal lavrada pelos próprios padres, pois o batismo significava uma "garantia da aceitação e da procura" para se viver na sociedade imposta pela igreja. Logo, os registros demonstram os laços familiares, bem como o entorno que estava envolvido os familiares em que o batizado havia se constituído.

Assim, esses documentos são campos férteis para que estudiosos possam se debruçar sobre os problemas das relações familiares, sob a luz das narrativas de padres e da comunidade que lhes cercavam, trata-se de fontes complexas que ainda precisam ser

práticas de poder. São Luís, 2011, p. 2. Disponível em: www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/silveira.pdf. Acesso em: 15 dez. 2017.

⁶⁶ CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. *Viver e morrer: Uma análise sobre a configuração sócio familiar na freguesia de Limoeiro CE, (1870-1880)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, p. 123.

exploradas. Destacamos que na organização dos textos também é possível rastrear a categoria social a qual os sujeitos pertenciam, exemplo, dos que nasciam escravos. Para estes, tinham que constar as descrições dos senhores a quem pertencia e os pais dos escravos, também daqueles registros em que mencionavam apenas o nome das mães e o dos pais sendo incógnitas. Ainda pode ser problematizada a importância dada à menção da cor, pois foram condicionantes importantes para a estrutura da ordem social nos oitocentos.

Também podem ser problematizadas e analisadas as histórias que eram circunscritas em certos lugares (fazendas e vilas) e descritas nos registros, sobretudo, aquelas desvinculadas de Oeiras e que deram origem as vilas, freguesias. Além disso, apontar a rede de circulação de pessoas por esses povoados e as famílias que foram se constituindo e se ampliando via a solidariedade cunhada pelos costumes e do apadrinhamento.

Diante a coleta dos dados oitocentistas e mediante as atividades desenvolvidas nesse projeto de extensão, confessamos que este contribuiu de forma significativa para aumentar o nosso fascínio pela pesquisa em manuscritos e a possibilidade de ampliação das discussões sobre o uso dessas fontes para registrar a vida social dos piauienses nos tempos imperiais.

Ressaltamos aqui a importância do NUPEDOCH, pois além de nos permitir o contato direto com essas fontes primárias, também possibilitou (e possibilita) o início de experiências imprescindíveis para a formação acadêmica e profissional de diversos alunos do Curso de História, do Campus Senador Hevídio Nunes de Barros.

Essas ações têm proporcionado apresentar novas discussões para o campo da história, outras possibilidades de fontes correlatas à história do Piauí no século XIX, com temas relacionados às questões étnicas, as relações familiares, a escravidão e a liberdade que circunscrevia no Piauí oitocentista.

4. Considerações finais

Depois de um ano de atividade nesse projeto de extensão e após a documentação eclesiástica ter sido higienizada e digitalizada o acervo foi devolvido a sua paróquia de origem. Com a finalização foi o tempo de reavaliarmos o valor histórico dos livros eclesiásticos que foram disponibilizados para a comunidade acadêmica e civil, mormente, na questão da rapidez do atendimento que a paróquia agora poderá prestar aos usuários quando estes demandarem a segunda via das certidões de batismo ou casamento, seja para fins de registros documentais civis ou para a pesquisa histórico-social.

Ressaltamos também que, como prevenção, orientamos a secretaria paroquial a recondicionar os livros originais. Assim, com o resguardo e digitalização dos livros a secretaria da paróquia não precisará manusear os documentos impressos, pois a consulta será realizada via o acervo digital gravado em JPEG e em PDF. Esse processo ajudará na preservação dos documentos e na manutenção de manuscritos inéditos no interior das paróquias. Além disso, a instituição recebeu por parte dos membros do NUPEDOCH, informações sobre a forma de

armazenamento dos documentos digitais e dos livros manuscritos, cujos arquivos foram reorganizados em armários fechados e fora do contato humano.

Em relação ao NUPEDOCH, podemos ressaltar que tem sido uma experiência única, pois no Centro-Sul do Piauí nunca houve um projeto dessa natureza. Podemos dividir essa experiência em dois momentos distintos para o Curso de História, do Campus Senador Hevídio Nunes de Barros. Primeiro, diz respeito à inclusão de graduados no núcleo e, conseqüentemente, nos projetos de extensões e de pesquisas. Nessa inclusão, nós estamos cientes da responsabilidade, enquanto autores desses movimentos, que geram oportunidades de formação aos discentes nas discussões que tratam da pesquisa, do uso da interpretação das fontes e do processo de digitalização e preservação de documentos; segundo, referem-se aos resultados do projeto. Hoje, o NUPEDOCH está com muitos *terabytes* de documentos digitalizados relacionados aos documentos eclesiásticos. Esse banco de dados faz parte do acervo de fontes de pesquisas do núcleo e encontra-se disponível em formato digital para que os pesquisadores e a sociedade civil possam ter acesso no momento que lhes for conveniente.

Por isso, avaliamos ser incomensurável a importância do uso das tecnologias para potencializar e disseminar as fontes, mas também da responsabilidade tanto de quem gerencia o acervo digital, quanto daqueles pesquisadores que as consultam e que garantam, por uma questão de ética na pesquisa, o registro dos acervos de memórias desses documentos.

Por fim, nosso desafio futuro é o de organizar uma *website* para disponibilizar todo esse acervo on-line e permitir que o pesquisador, para não se deslocar até o NUPEDOCH, possa acessar de casa com apenas um clique. Isso permitirá que os internautas conheçam os documentos eclesiásticos do Piauí e, quiçá, possam produzir uma história comparativa.

Ainda com o pensamento fixo nesse desafio, está o compromisso na divulgação, em forma de artigos e livros, dos resultados das pesquisas que tomam como acervos esses documentos eclesiásticos do NUPEDOCH, também nos interessa publicações de edições fac-símile.

Referências Bibliográficas

- ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ARRAES, Esdras. Plantar povoações no território: (re)construindo a urbanização da capitania do Piauí, 1697-1761. *Anais do Museu Paulista*, v. 24, n. 1, jan.-abr. 2016.
- BARROS, José D'Assunção. A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales. *Hist. Revista*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 203-222, jan.-jun. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/viewFile/21693/12765>. Acesso em: 02 jan. 2018.
- BERWAMGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes F. *Noções de paleografia e diplomática*. 3ª ed. (revista e ampliada). Santa Maria, RS: Ed. UFSM, 2008.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, Ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BORGES, Jussara; SILVA, Ana Aparecida Gonzaga. Arquivos Secretos Eclesiásticos em Salvador. *Revista Informação & Informação*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 38-61, jul.-dez. 2009.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. 2ª ed. Recife: Ed. UFPE, 2012
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Centros de memória: uma proposta de definição*. São Paulo: SESC São Paulo, 2015.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais online. *Revista História Hoje*, v. 3, n. 5, p. 165-188, 2014.
- CASSARES, Norma Cianflone. *Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado - Imprensa Oficial, 2000.
- CHAVES, Elisgardênia de Oliveira. *Viver e morrer: Uma análise sobre a configuração sócio familiar na freguesia de Limoeiro CE, (1870-1880)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves. 1998.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. Vols. I e II.
- DUBY, Georges. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. 3ª ed.(revista e aumentada). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: Como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

- GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações. In: *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa; Rio de Janeiro: DIFEL; Bertrand Brasil, 1991.
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.
- GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.
- LUCCHESI, Anita. A história sem fio: questões para o historiador da Era Google. *Anais do [...] XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*. São Gonçalo, RJ: ANPUH-RIO, 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338518449_ARQUIVO_Ahistoriasemfio-AnpuhRJ-Textocompleto-AnitaLucchesi-31.05.12final.pdf. Acesso em: 15 ago. 2017.
- MONTENEGRO, Jeferson. *Os Arquivos Eclesiásticos como Fonte para a Pesquisa Genealógica no Vale do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul*. 2012. Monografia (Graduação em Arquivologia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- NASCIMENTO, Lúcia Ma. B. do. *Análise Documental e Análise Diplomática: Perspectivas de interlocução de Procedimentos*. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília (SP).
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007, p. 98. (Coleção Grandes Textos, v. IV).
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. A história da historiografia brasileira e suas evidências. *História da Historiografia*, Ouro Preto (MG), n. 10, p. 274-278, dez. 2012, p. 275. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/439/324>. Acesso em: 22 abr. 2018.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 202. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/de-27112008>. Acesso em: 27 dez. 2017.
- SANTOS, Cristian José Oliveira. *Os arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras no contexto da legislação e práticas arquivísticas da Igreja Católica*. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília.
- SANTOS, Hercules Pimenta dos. Documento Histórico na Era da Digitalização: Impactos no fazer historiográfico. *Anais do [...] X Encontro da Associação de Educação e Pesquisa em Ciência da Informação da Ibero-América e Caribe*. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://edific2016.eci.ufmg.br/>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- SILVEIRA, Mona Ayala Saraiva da. O cotidiano das relações conjugais no Piauí oitocentista por meio de processos judiciais. *Anais do [...] II Simpósio de História do Maranhão Oitocentista – Disputas políticas e práticas de poder*. São Luís, 2011. Disponível em: www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/silveira.pdf. Acesso em: 15 dez. 2017.
- TAVARES, Célia Cristina da Silva Tavares. História e Informática. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (org.). *Estudos avançados em Arquivologia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

XAVIER, Maico Oliveira. "*Cabôcullos são os brancos*": *dinâmicas das relações sócio-culturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – Século XIX*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.